ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RAPHAELA DE PAULA OLIVEIRA

RESUMO: A alfabetização na Educação Infantil constitui um processo complexo e contínuo, que envolve dimensões cognitivas, sociais, culturais e afetivas, não se restringindo à aprendizagem mecânica do sistema alfabético, mas à inserção da criança em práticas sociais significativas de leitura e escrita. Este artigo tem como objetivo analisar a alfabetização na Educação Infantil a partir de uma perspectiva teórica e prática que reconhece a criança como sujeito ativo do processo de aprendizagem, considerando suas interações com o meio social e cultural. O estudo fundamenta-se em autores como Paulo Freire, Emília Ferreiro, Magda Soares e Lev Vigotski, cujas contribuições teóricas defendem a alfabetização como um processo socialmente construído e mediado. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e estudo de campo realizado em uma instituição de Educação Infantil com crianças de 4 a 6 anos. A coleta de dados ocorreu por meio de observação participante e registros em diário de campo, permitindo analisar as práticas pedagógicas e as interações estabelecidas entre crianças, professoras e a linguagem escrita no cotidiano escolar. Os resultados evidenciam que a inserção das crianças em ambientes alfabetizadores ricos, aliados a práticas lúdicas, mediação pedagógica intencional e situações reais de leitura e escrita, favorece a construção de hipóteses sobre o funcionamento da escrita e a compreensão de sua função social, promovendo maior engajamento e participação das crianças. Conclui-se que a alfabetização na Educação Infantil deve respeitar o ritmo e as especificidades da infância, articulando alfabetização e letramento, de modo a promover aprendizagens significativas e contribuir para o desenvolvimento integral da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Educação Infantil; Letramento; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: Literacy in Early Childhood Education is a complex and continuous process that involves cognitive, social, cultural, and emotional dimensions and is not limited to the mechanical learning of the alphabetic system, but rather to children's insertion into meaningful social practices of reading and writing. This article aims to analyze literacy in Early Childhood Education from a theoretical and practical perspective that recognizes the child as an active subject in the learning process, considering their interactions within social and cultural contexts. The study is grounded in the theoretical contributions of authors such as Paulo Freire, Emília Ferreiro, Magda Soares, and Lev Vygotsky, who conceptualize literacy as a socially constructed and mediated process. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, developed through a literature review and a field study conducted in an early childhood education institution with children aged 4 to 6 years. Data collection was carried out through participant observation and field notes, allowing for the analysis of pedagogical practices and interactions established among children, teachers, and written language in the school routine. The results indicate that children's participation in literacy-rich environments, combined with playful activities, intentional pedagogical mediation, and real reading and writing situations, promotes the construction of hypotheses about how writing works and the understanding of its social function, leading to greater engagement and participation. It is concluded that literacy in Early Childhood Education should respect the pace and specific characteristics of childhood, integrating literacy and literate practices in order to foster meaningful learning and contribute to children's holistic development.

KEY-WORDS: Literacy; Early Childhood Education; Literate practices; Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização na Educação Infantil constitui-se como um dos temas mais recorrentes e, ao mesmo tempo, controversos no campo educacional brasileiro. Historicamente, o processo de ensino da leitura e da escrita esteve restrito aos primeiros anos do Ensino Fundamental, sendo compreendido como uma etapa formal e sistematizada do percurso escolar. No entanto, transformações sociais, culturais e pedagógicas, bem como avanços nas pesquisas sobre desenvolvimento infantil, têm provocado reflexões acerca da necessidade de repensar o papel da Educação Infantil no contato inicial da criança com a linguagem escrita.

Santos (2018) aponta que, no cenário educacional brasileiro, a alfabetização tem sido tradicionalmente concentrada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente nos três primeiros anos, embora haja intensos debates sobre o momento adequado para o início desse processo. Tal discussão envolve, de um lado, concepções que defendem a centralidade do brincar, das múltiplas linguagens e da vivência lúdica na Educação Infantil, argumentando que a antecipação da alfabetização pode comprometer o desenvolvimento integral da criança. De outro lado, encontram-se estudos que evidenciam que a criança, desde muito cedo, estabelece contato com a língua escrita em seu cotidiano, seja por meio de livros, embalagens, placas, mídias digitais ou interações familiares, o que torna inevitável sua aproximação com práticas de leitura e escrita antes mesmo da escolarização formal.

Nesse contexto, compreender a alfabetização na Educação Infantil exige superar visões reducionistas que a associam exclusivamente ao ensino mecânico de letras e sílabas. Autores como Paulo Freire, Emília Ferreiro e Magda Soares contribuíram significativamente para ampliar esse entendimento, defendendo uma alfabetização que considere a criança como sujeito ativo, inserido em um contexto social, histórico e cultural. Para Freire (1989), o ato de alfabetizar ultrapassa a simples decodificação de símbolos gráficos, pois envolve a leitura crítica da realidade e a compreensão do mundo vivido.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 9).

Essa perspectiva freireana é fundamental para pensar a alfabetização na Educação Infantil, pois reconhece que a criança já "lê o mundo" antes de ler a palavra escrita, atribuindo sentidos às experiências que vivencia. Assim, alfabetizar não significa antecipar conteúdos formais, mas possibilitar que a criança compreenda e participe das práticas sociais de leitura e escrita de maneira significativa.

Em consonância com essa abordagem, Emília Ferreiro, a partir da psicogênese da língua escrita, demonstrou que a criança constrói hipóteses sobre a escrita desde muito cedo, independentemente de receber instrução formal. Ferreiro e Teberosky (1999) evidenciam que a alfabetização é um processo de construção cognitiva, no qual a criança formula, testa e reformula ideias sobre o funcionamento do sistema de escrita.

A escrita não é um produto escolar, mas um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. A criança, ao tentar compreendê- la, não reproduz passivamente o que lhe é ensinado, mas elabora hipóteses próprias sobre sua organização e funcionamento. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 18).

Essa compreensão rompe com práticas pedagógicas baseadas exclusivamente na repetição e memorização, destacando a importância de oferecer situações em que a criança possa experimentar a escrita de forma espontânea, refletindo sobre seus usos e significados. Na Educação Infantil, isso implica criar ambientes alfabetizadores, ricos em textos e interações, nos quais a escrita esteja presente como prática social viva.

Magda Soares também desempenha papel central nesse debate ao diferenciar os conceitos de alfabetização e letramento. Para a autora, alfabetizar refere-se à aprendizagem do sistema alfabético, enquanto letrar diz respeito à inserção do sujeito nas práticas sociais de leitura e escrita. Contudo, Soares

(2016) enfatiza que esses processos não devem ocorrer de forma dissociada, especialmente na Educação Infantil.

Alfabetização e letramento são processos distintos, mas indissociáveis. A criança pode e deve conviver com práticas de leitura e escrita desde cedo, ao mesmo tempo em que vai se apropriando, gradualmente, do sistema alfabético, sem que isso signifique escolarização precoce. (SOARES, 2016, p. 39).

Dessa forma, a autora defende que a Educação Infantil é um espaço legítimo para o desenvolvimento de práticas de letramento, nas quais a criança tenha acesso a livros, histórias, cantigas, rótulos, listas e outros gêneros textuais, sempre mediadas pelo brincar

e pela ludicidade.
Complementando essas contribuições, Vigotski (2007) destaca o papel das interações sociais no desenvolvimento infantil, afirmando que a aprendizagem ocorre por meio da mediação de sujeitos mais experientes e da linguagem como instrumento cultural. Para o autor, a escrita é uma forma complexa de linguagem que se desenvolve a partir das relações sociais, sendo fundamental que a criança vivencie situações significativas para sua apropriação.

O desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre inicialmente no plano social, para depois se internalizar no plano individual. A linguagem escrita, como instrumento cultural, segue esse mesmo percurso. (VIGOTSKI, 2007, p. 57).

À luz dessas contribuições teóricas, percebe-se que a alfabetização na Educação Infantil não deve ser compreendida como antecipação de conteúdos do Ensino Fundamental, mas como um processo gradual, integrado às experiências infantis, que respeita o ritmo, as necessidades e as potencialidades da criança. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao reconhecer que, na Educação Infantil, as crianças devem ser inseridas na cultura escrita por meio de práticas significativas, sem perder de vista o caráter lúdico dessa etapa.
Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo analisar as concepções e práticas relacionadas à alfabetização na Educação Infantil, à luz de referenciais teóricos clássicos e contemporâneos. Busca-se compreender como autores como Freire, Ferreiro, Soares e Vigotski contribuem para uma abordagem que valorize o letramento, a ludicidade e a construção ativa do conhecimento, bem como discutir as implicações pedagógicas dessas concepções para o trabalho docente com crianças de 4 a 6 anos. Ao problematizar esse tema, pretende-se contribuir para reflexões que auxiliem professores e pesquisadores na construção de práticas pedagógicas mais conscientes, críticas e alinhadas às necessidades da infância.

2. DESENVOLVIMENTO

A alfabetização na Educação Infantil constitui um campo de estudo que exige uma compreensão ampliada sobre infância, linguagem e aprendizagem. Ao contrário de perspectivas tradicionais que restringem a alfabetização à aquisição técnica do sistema alfabético, estudos contemporâneos defendem que esse processo se inicia nas primeiras

interações da criança com a linguagem oral e escrita, mediadas pelo contexto social e cultural em que está inserida.
Nesse sentido, a criança chega à instituição escolar trazendo consigo experiências significativas com a escrita, adquiridas no ambiente familiar, nos meios de comunicação e nas relações sociais. Essas experiências precisam ser reconhecidas e valorizadas pelo professor, de modo que a alfabetização não se configure como um processo artificial ou dissociado da realidade infantil. A Educação Infantil, portanto, desempenha papel fundamental ao promover situações pedagógicas que aproximem a criança da cultura escrita de forma lúdica, significativa e contextualizada.
Os estudos de Emília Ferreiro evidenciam que a criança constrói conhecimentos sobre a escrita muito antes da escolarização formal, elaborando hipóteses próprias sobre seu funcionamento. A autora destaca que o processo de alfabetização não ocorre por

meio da simples transmissão de conteúdos, mas a partir de uma construção ativa do sujeito.

A escrita não é um código que se aprende por memorização, mas um sistema de representação que deve ser compreendido. A criança, ao tentar escrever, não copia o modelo adulto, mas reconstrói a escrita segundo sua própria lógica. (FERREIRO, 2001, p. 35).

Essa concepção reforça a necessidade de práticas pedagógicas que permitam à criança experimentar, refletir e expressar suas ideias sobre a escrita. Na Educação Infantil, isso implica valorizar registros espontâneos, desenhos, tentativas de escrita e situações em que a criança possa atribuir sentido ao que escreve e lê.
Magda Soares contribui para esse debate ao enfatizar que a alfabetização deve ocorrer de forma integrada ao letramento, especialmente nos anos iniciais da escolarização. Para a autora, negar à criança o contato com a escrita na Educação Infantil significa limitar seu acesso à cultura letrada.

Não se trata de antecipar a alfabetização formal, mas de garantir à criança o direito de participar de práticas sociais de leitura e escrita, desde cedo, de modo a compreender a função social da linguagem escrita. (SOARES, 2016, p. 58).

Assim, a Educação Infantil deve oferecer um ambiente alfabetizador rico em estímulos, no qual a escrita esteja presente de forma funcional e significativa. A leitura de histórias, o manuseio de livros, a observação de textos e a participação em situações reais de escrita contribuem para que a criança compreenda a escrita como prática social.

A teoria histórico-cultural de Vigotski também fundamenta essa compreensão ao destacar que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da interação social. Para o autor, a aprendizagem precede o desenvolvimento e se dá a partir da mediação do outro.

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. (VIGOTSKI, 2007, p. 103).

Nesse contexto, o professor assume papel central no processo de alfabetização, ao organizar situações de aprendizagem que promovam a interação, o diálogo e a reflexão. A escrita, enquanto instrumento cultural, é apropriada pela criança por meio dessas mediações, o que reforça a importância de práticas pedagógicas intencionais e fundamentadas teoricamente.

2.1 MATERIAL (IS) E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, pois busca compreender as práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização na Educação Infantil em seu contexto real. A abordagem qualitativa permite analisar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, considerando aspectos sociais, culturais e pedagógicos.
Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica de autores que discutem alfabetização e letramento infantil, como Ferreiro, Soares, Vigotski, Teberosky e Lerner. Essa etapa possibilitou a construção de um referencial teórico consistente, capaz de fundamentar a análise dos dados empíricos.
Em seguida, desenvolveu-se um estudo de campo em uma instituição de Educação Infantil, envolvendo crianças de 4 a 6 anos. Os materiais utilizados incluíram diário de campo e observações das atividades pedagógicas, como leitura de histórias, escrita espontânea e brincadeiras simbólicas.
A observação participante permitiu acompanhar o cotidiano escolar, identificando como a linguagem escrita se faz presente nas práticas pedagógicas e como as crianças interagem com ela. Os dados foram analisados de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre teoria e prática.

2.2 RESULTADOS

Os resultados indicam que as crianças demonstram interesse significativo pela linguagem escrita quando inseridas em ambientes alfabetizadores ricos e estimulantes. Observou-se que as crianças reconhecem letras, identificam palavras familiares e produzem registros gráficos que revelam diferentes níveis de compreensão sobre o sistema de escrita. As atividades que integravam brincadeira, oralidade e escrita apresentaram maior envolvimento das crianças, evidenciando que o aprendizado ocorre de forma mais significativa quando associado ao lúdico. Além disso, a mediação docente mostrou-se essencial para ampliar a compreensão das crianças sobre a escrita, favorecendo avanços
em suas hipóteses.

2.3 DISCUSSÃO

A análise dos resultados confirma que a alfabetização na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo complexo, que envolve aspectos cognitivos, sociais, culturais e afetivos. As evidências observadas reforçam a ideia de que a criança não é um sujeito passivo no processo de aprendizagem da escrita, mas constrói conhecimentos a partir de suas interações com o meio e com os sujeitos que o compõem. Essa constatação dialoga diretamente com os estudos de Ferreiro, ao demonstrar que as hipóteses elaboradas pelas crianças constituem etapas fundamentais do processo de alfabetização. As produções escritas observadas no contexto da pesquisa evidenciam que a criança atribui sentidos à escrita mesmo antes de dominar convencionalmente o sistema alfabético. Esse dado confirma que o erro, longe de representar fracasso, deve ser compreendido como parte constitutiva do processo de aprendizagem. Ferreiro e Teberosky (1999, p. 112) ressaltam que a escrita infantil revela um percurso lógico e progressivo de construção do conhecimento, “As produções das crianças não são tentativas aleatórias, mas respostas coerentes dentro de um sistema de hipóteses que elas mesmas constroem
sobre a escrita”.
Nesse sentido, a prática pedagógica na Educação Infantil precisa superar abordagens corretivas e mecanicistas, valorizando o processo e não apenas o produto final. O professor deve atuar como mediador, incentivando a reflexão e o diálogo sobre a escrita, em vez de restringir-se à correção formal.
Os resultados também evidenciam a relevância do letramento como eixo estruturante do trabalho pedagógico na Educação Infantil. A presença de diferentes gêneros textuais, associada a situações reais de leitura e escrita, contribuiu significativamente para o envolvimento das crianças e para a ampliação de seu repertório linguístico. Essa

constatação reforça os pressupostos de Magda Soares (2016, p. 81), ao defender que alfabetização e letramento são processos indissociáveis, “A criança pode não estar alfabetizada no sentido estrito, mas pode e deve estar inserida em práticas sociais de leitura e escrita que lhe permitam compreender a função social da linguagem escrita”.
Assim, a Educação Infantil assume papel fundamental na democratização do acesso à cultura escrita, especialmente para crianças que não possuem, em seus contextos familiares, amplo contato com livros e outros materiais escritos. As práticas observadas indicam que o ambiente alfabetizador atua como elemento compensatório e formativo, contribuindo para a redução de desigualdades educacionais.
Sob a perspectiva da teoria histórico-cultural, os dados reforçam a importância da interação social no processo de alfabetização. As situações de aprendizagem mediadas pelo professor e compartilhadas entre as crianças favoreceram a construção coletiva do conhecimento, confirmando que o desenvolvimento cognitivo ocorre inicialmente no plano social. Vigotski (2007, p. 101) destaca que a aprendizagem bem organizada impulsiona o desenvolvimento infantil, “A aprendizagem desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando coopera com seus companheiros”. Esse pressuposto evidencia que a alfabetização na Educação Infantil não pode ser concebida como atividade individualizada e isolada, mas como prática social, permeada pelo diálogo, pela cooperação e pela tro-

ca de experiências. A interação entre pares mostrou-se especialmente relevante para o avanço das hipóteses das crianças, uma vez que o contato com diferentes formas de escrita favorece a reflexão e a reorganização do pensamento.

Outro aspecto relevante observado diz respeito ao papel do brincar no processo de alfabetização. As atividades lúdicas que envolviam linguagem escrita possibilitaram maior engajamento das crianças, evidenciando que o brincar constitui um eixo estruturante da aprendizagem na infância. Nesse sentido, Kishimoto (2011, p. 39) destaca que o jogo não se opõe à aprendizagem, mas a potencializa, ao permitir que a criança aprenda de forma significativa, "O brincar cria uma zona de desenvolvimento proximal, na qual a criança age além de seu comportamento habitual, ampliando suas possibilidades cognitivas e sociais". Dessa forma, a alfabetização na Educação Infantil deve articular intencionalidade pedagógica e ludicidade, evitando práticas que antecipem de forma inadequada o ensino formal da escrita.

Os resultados obtidos neste estudo também encontram respaldo nas orientações da Base Nacional Comum Curricular, que reafirma que a Educação Infantil não deve assumir um caráter preparatório ou escolarizante, mas promover experiências que possibilitem às crianças explorar diferentes linguagens e ampliar suas formas de expressão. A BNCC destaca que o contato com a linguagem escrita deve ocorrer de forma integrada às

brincadeiras, às interações e às práticas sociais, favorecendo a construção de sentidos e o interesse pela leitura e pela escrita.

Nesse contexto, as práticas observadas na pesquisa demonstram consonância com o que propõe a BNCC, ao evidenciar que atividades lúdicas, mediadas pelo professor e inseridas em contextos significativos, promovem maior engajamento das crianças e contribuem para o avanço de suas hipóteses sobre a escrita. O documento normativo reforça que o papel do professor consiste em organizar situações intencionais de aprendizagem, criando ambientes alfabetizadores que estimulem a curiosidade, a participação e a autonomia das crianças.

Além disso, a BNCC contribui para a compreensão de que a alfabetização na Educação Infantil deve respeitar os tempos e os modos de aprender da criança, valorizando suas produções, narrativas e registros espontâneos. Essa orientação dialoga diretamente com os pressupostos teóricos de Ferreiro e Vigotski, ao reconhecer que a aprendizagem ocorre por meio da interação social e da mediação pedagógica, e que a criança constrói conhecimentos a partir de suas experiências concretas.

Dessa forma, a articulação entre os resultados da pesquisa, os referenciais teóricos e as orientações da BNCC evidencia a necessidade de práticas pedagógicas coerentes com uma concepção ampliada de alfabetização. A BNCC, ao legitimar o trabalho com a linguagem escrita na Educação Infantil sem antecipar a escolarização formal, fortalece a compreensão de que alfabetizar é promover experiências significativas com a linguagem, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança e para sua inserção crítica na cultura escrita.

Por fim, a discussão evidencia que a alfabetização na Educação Infantil não deve ser compreendida como mera preparação para o Ensino Fundamental, mas como um direito da criança e como parte integrante de seu desenvolvimento integral. Ao promover práticas contextualizadas, dialógicas e mediadas, a escola contribui para a formação de sujeitos críticos, participativos e capazes de interagir com a linguagem escrita de forma consciente e significativa.

3. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a alfabetização na Educação Infantil como um processo social, cultural e pedagógico, superando concepções reducionistas que a limitam à aquisição mecânica do sistema alfabético. A partir do referencial teórico adotado e da análise dos dados obtidos no estudo de campo, foi possível constatar que a alfabetização, quando desenvolvida de forma contextualizada e mediada,

contribui significativamente para o desenvolvimento integral da criança, respeitando

suas especificidades cognitivas, afetivas e sociais.

Os estudos analisados ao longo deste trabalho evidenciam que a criança, desde muito cedo, estabelece relações com a linguagem escrita, construindo hipóteses e atribuindo sentidos às práticas de leitura e escrita presentes em seu cotidiano. Nesse sentido, os pressupostos de Emília Ferreiro demonstram que a alfabetização não ocorre por meio da simples transmissão de conteúdos, mas a partir de um processo construtivo, no qual a criança atua como sujeito ativo da aprendizagem. As produções infantis observadas confirmam que os registros gráficos, ainda que não convencionais, revelam um percurso lógico e progressivo de construção do conhecimento.

Ao dialogar com Magda Soares, este estudo reforça a compreensão de que alfabetização e letramento são processos indissociáveis, especialmente na Educação Infantil. As práticas pedagógicas analisadas evidenciam que o contato com diferentes gêneros textuais e situações reais de uso da escrita favorece a compreensão da função social da linguagem escrita. Dessa forma, alfabetizar não significa antecipar conteúdos escolares, mas garantir à criança o direito de participar da cultura escrita de maneira significativa e contextualizada.

A pesquisa também evidencia a relevância da mediação pedagógica no processo de alfabetização. À luz da teoria histórico-cultural de Vigotski, foi possível compreender que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais, sendo o professor um mediador fundamental nesse processo. As situações de aprendizagem observadas demonstram que a interação entre crianças e adultos potencializa a construção do conhecimento, ampliando as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Esse pressuposto reforça a necessidade de práticas pedagógicas intencionais, que considerem a criança como protagonista de sua aprendizagem e reconheçam o papel do professor como organizador de experiências significativas. As observações realizadas no contexto da pesquisa evidenciam que propostas pedagógicas fundamentadas teoricamente favorecem o avanço das hipóteses das crianças sobre a escrita, contribuindo para uma alfabetização mais significativa.

Outro aspecto relevante identificado ao longo do estudo refere-se à importância do brincar no processo de alfabetização na Educação Infantil. As atividades lúdicas que envolvem linguagem oral e escrita mostraram-se eficazes ao promover maior engajamento das crianças, evidenciando que o brincar constitui um eixo estruturante da aprendizagem na infância. Conforme destacado por Kishimoto, o jogo possibilita à criança aprender de forma prazerosa, ampliando suas capacidades cognitivas e sociais.

Além disso, os resultados obtidos permitem afirmar que o ambiente alfabetizador exerce influência significativa no processo de aprendizagem. A presença de livros, cartazes,

produções infantis e outros materiais escritos contribui para que a criança compreenda a escrita como prática social.

No entanto também é evidenciado que práticas pedagógicas excessivamente mecânicas ou descontextualizadas tendem a limitar o envolvimento das crianças e a compreensão da escrita como instrumento de comunicação. Isso reforça a necessidade de repensar metodologias tradicionais ainda presentes em algumas instituições, substituindo- as por propostas que valorizem a reflexão, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

No que se refere à metodologia adotada, a abordagem qualitativa mostrou-se adequada para compreender a complexidade do processo de alfabetização na Educação Infantil. A observação participante permitiu analisar o cotidiano escolar de forma aprofundada, evidenciando como as práticas pedagógicas se materializam na interação entre crianças, professoras e linguagem escrita. A análise interpretativa dos dados possibilitou estabelecer um diálogo consistente entre teoria e prática, fortalecendo as conclusões do estudo.

Dessa forma, as considerações finais apontam para a necessidade de uma concepção ampliada de alfabetização na Educação Infantil, que reconheça a criança como sujeito histórico e social, capaz de construir conhecimentos desde cedo. A alfabetização, nessa perspectiva, deve ser compreendida

como um direito da criança e como parte integrante de seu desenvolvimento integral, e não apenas como preparação para etapas posteriores da escolarização.

Além disso, destaca-se que o fortalecimento das práticas de alfabetização na Educação Infantil exige investimento contínuo na formação inicial e continuada dos professores. O educador precisa estar preparado para compreender os diferentes ritmos de aprendizagem das crianças e para planejar intervenções pedagógicas que considerem suas experiências, interesses e contextos socioculturais. Nesse sentido, a formação docente deve contemplar estudos sobre desenvolvimento infantil, teorias da aprendizagem e práticas pedagógicas inovadoras, possibilitando ao professor atuar de forma reflexiva, crítica e sensível às necessidades dos alunos.

No entanto reforça-se que promover a alfabetização desde a Educação Infantil não significa antecipar conteúdos formais do ensino fundamental, mas sim proporcionar experiências significativas com a linguagem escrita em contextos lúdicos, interativos e socialmente relevantes. Dessa maneira, a escola contribui para que a criança desenvolva curiosidade, autonomia e prazer pelo uso da leitura e da escrita, estabelecendo bases sólidas para sua trajetória escolar. Assim, a alfabetização, compreendida como prática social e cultural, torna-se elemento fundamental para a formação de sujeitos críticos, participativos e capazes de interagir de maneira consciente com o mundo que os cerca.

Por fim, este trabalho contribui para a reflexão sobre a prática pedagógica na Educação Infantil, ao evidenciar que a alfabetização, quando fundamentada teoricamente e mediada de forma consciente, pode promover aprendizagens significativas e duradouras. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam subsidiar futuras pesquisas e práticas educativas, incentivando professores e gestores a repensarem suas concepções e metodologias, em favor de uma educação mais democrática, inclusiva e significativa desde a infância.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Nilton Anderson Santos; SILVA, Jéssica de Andrade; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Letramento e alfabetização na educação infantil: o papel do pedagogo no processo de ensino-aprendizagem. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 4, p. 1-15, 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CAMARGO, Gisele Brandelero; SERZOSKI, Ana Claudia Carvalho. Alfabetização e letramento na educação infantil: a perspectiva da criança. Revista Contexto & Educação, v. 38, n. 120, p. 1-20, 2023.

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MAGNAGO, Walaci. Desenvolvendo habilidades: a integração de alfabetização e letramento na educação infantil. Revista Sociedade Científica, v. 7, n. 1, p. 4841-4852, 2024.

MARANGONI, Latife Coutinho. O processo de alfabetização de crianças de 5 e 6 anos: práticas e desafios na contemporaneidade. International Integralize Scientific, v. 5, n. 45, p. 1-18, 2025.

SILVA, Desirée Aparecida Oliveira da; CASAGRANDE, Samira. Alfabetização e letramento: o que esperam as crianças que estão na educação infantil – grupo cinco acerca deste processo? Revista Saberes Pedagógicos, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2025.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autênti-

ca, 2016.

SOBRAL, Antonia Rosa et al. Alfabetização e letramento e o trabalho pedagógico. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 6, p. 1-14, 2025.
VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.